

**EDITORIAL**

Sob o impacto das últimas notícias do cotidiano violento vivido por brasileiras e brasileiros, em que se destacam a morte pela polícia do Rio de Janeiro de seis jovens negros sem qualquer vínculo com o chamado crime organizado entre 09 e 13 de agosto, o aumento em 15% no número de mortos em ações policiais no primeiro semestre de 2019 (em comparação com o mesmo período de 2018¹), também no Rio de Janeiro, e a comemoração efusiva do governador desse mesmo estado da morte do sequestrador de um ônibus na ponte Rio-Niterói, abrimos este número da revista Argumentum cujo tema *Violência estatal e paraestatal no Brasil contemporâneo* e os artigos que, de diferentes formas transitam por ele, tratam do que parece ser a substância das relações entre as classes sociais no Brasil desde sua formação. Ou a substância das relações sociais na sociedade capitalista, em que os chamados Estados democráticos de direito ocultam, como uma fantasia, a natureza inerentemente violenta da expropriação e da exploração do capital sobre o trabalho e sobre a natureza.

A violência estatal e paraestatal, tanto das milícias policiais quanto dos envolvidos em atividades tipificadas como criminosas, tem sido a forma, naturalizada, de tratamento dos *sobrantes*, dos *inúteis* para o mundo, dos irrelevantes para a produção de valor e para a acumulação de capital. Perturbam a ordem com sua presença incômoda nas favelas, nas ruas, nas praças, nos pontos de ônibus. São excessos, desnecessários, portanto, podem ser eliminados. São inimigos, devem ser abatidos. A violência estatal e a guerra, a *guerra às drogas*, a *guerra ao crime*, se apresentam como os únicos recursos no atual estágio de desmoronamento do capitalismo para conter o esgarçamento completo do chamado tecido social e do ordenamento legal, ou, para conter os que ousam denunciar o abuso, o arbítrio e a indiferença perpetradas contra trabalhadores, homens e mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBT+.

Em tempos de Bolsonaros e Trumps e de autoritarismo explícito, escancaram-se as impossibilidades da disputa entre as forças políticas representativas do capital e do trabalho acerca das tarefas a serem cumpridas pelo Estado. Os ritos democráticos transformam-se em apenas ritos, vazios de sentido para a imensa maioria da população, cuja trajetória de vida marcada pelo desemprego, pelo trabalho precário, pela informalidade e pelo adoecimento pouco se altera a cada pleito.

A ambição ordenadora do caos com a eliminação dos *elementos incômodos* aspira a uma sociedade homogênea, cujas diferenças serão contidas e suprimidas pela repressão, encarceramento e morte de *sobrantes* e *insatisfeitos*, tornando a participação eleitoral um mero ato autorizativo para o emprego mais comedido ou mais vigoroso da violência.

Neste contexto a revista Argumentum reafirma seu compromisso com a reflexão crítica e rigorosa da realidade, capaz de contribuir para a compreensão dos tempos sombrios em que nos encontramos.

¹ Dados apresentados na reportagem “Witzel questiona autoria de desenhos das crianças da Maré entregues à justiça” publicada no jornal “Folha de São Paulo” em 16 de agosto de 2019.

Na seção debates deste número temos três trabalhos que discutem em profundidade a natureza da violência e da violência estatal no atual contexto brasileiro, conduzindo-nos a pensar o fenômeno em sua inteireza, como parte constitutiva do desenvolvimento capitalista no país.

Para abrir a seção de artigos temáticos, o manuscrito *Sonhos inquietantes: metamorfoses do Estado brasileiro, na segunda metade do século XX*, de Vicente Rodrigues e Inez Stampa, coloca em pauta a ditadura militar no Brasil. Ao longo do texto os autores evidenciam o forte centralismo político, pelo qual o período foi marcado, em um contexto de severas limitações à liberdade de expressão e à organização política. Além disso, resgatam elementos centrais do período para a compreensão do Brasil na contemporaneidade. Mostram-nos, de que forma, na lógica do sistema capitalista, aqueles vinte anos demarcaram grandes transformações nas estruturas econômicas e sociais do país, entre elas a modernização da indústria, a abertura ao capital estrangeiro, o endividamento externo e uma forte concentração de renda.

Os dois textos seguintes *Juventude negra como bode expiatório: a expressão do genocídio brasileiro*, de Silvia Cristina de Sousa Carvalho e *Abrigo, prisão ou proteção? Violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados*, de Vanessa Cristina dos Santos Saraiva, evidenciam como a juventude negra tem sido historicamente criminalizada e exterminada pelo Estado; e como as questões de classe e raça continuam sendo determinantes para as intervenções violentas deste.

No quarto artigo da seção, *A ideologia da Guerra às Drogas no Brasil*, os autores Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes, explicitam o caráter ideológico e crítico ao redor dessa questão e situam suas vinculações às determinações econômicas e políticas, inserindo-as na totalidade social. Demarcam a Guerra às Drogas como um projeto eficaz naquilo que se propõe, inerentes a um planejamento que reforça a manutenção da desigualdade e do extermínio de parte da população.

A seguir, o artigo *O trabalho no cárcere brasileiro: entre direito, dever e exploração*, de Pedro Henrique de Moraes Cicero, centraliza o debate na conexão entre a questão carcerária e as relações trabalhistas. O autor nos mostra como a crise estrutural do capital tem impactado no aprofundamento da submissão do trabalho ao capital, em um contexto em que o Estado moderno atua como estrutura corretiva. O autor aponta a existência de uma *indústria penitenciária* no país, colocando em evidência a exploração do trabalho do preso.

O manuscrito *O papel do Estado nas expropriações: os impactos do Complexo de Suape (PE)*, de Rebeca Gomes de Oliveira Silva e Maria das Graças e Silva ressalta o papel do Estado moderno como expressão política do capital, condicionando as relações entre as classes sociais às expressões da economia de mercado. Destacam as estratégias de expropriação do Estado marcadas pela coerção, pelo domínio pleno sobre o território e pela imposição do medo.

Para fechar a seção, Edinaura Luza e Ivete Simionatto apresentam os resultados do artigo *Lutas sociais e resistência face às contrarreformas na política de saúde*, por meio de pesquisa documental e de campo, realizado junto ao Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra

as Privatizações. As autoras analisam os processos de organização, mobilização e pautas de luta ante o avanço das contrarreformas no âmbito das políticas sociais, principalmente no que tange as políticas de saúde.

Em suma, cada um dos textos deste número da *Argumentum*, seja da seção Debate, Artigos Temáticos, Temas Livres, Ensaio e Resenha, de forma mais ou menos manifesta, não fazem mais que denunciar a atuação do Estado em seu inquebrantável serviço ao Capital.

Desejamos uma boa leitura a todos e todas.

Ana Targina Rodrigues Ferraz
Franciani Bernardes